



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Ahú - CEP: 80540-400 - Fone: (41) 3210-1751 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb03@jfpr.jus.br

**AÇÃO POPULAR Nº 5040111-74.2019.4.04.7000/PR**

**AUTOR:** ALUIZIO FERREIRA PALMAR

**AUTOR:** MARCELO DA COSTA PINTO NEVES

**RÉU:** U P PAINEIS E CARTAZES LTDA

**RÉU:** JANUÁRIO PALUDO

**RÉU:** ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

**RÉU:** ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA

**RÉU:** PAULO ROBERTO GALVAO DE CARVALHO

**RÉU:** FELIPE D'ELIA CAMARGO

**RÉU:** OUTDOORMIDIA LOCACAO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE EIRELI

**RÉU:** DIOGO CASTOR DE MATTOS

**RÉU:** ORLANDO MARTELLO JUNIOR

**RÉU:** DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL

**RÉU:** LAURA GONÇALVES TESSLER

**RÉU:** ATHAYDE RIBEIRO COSTA

**RÉU:** JULIO CARLOS MOTTA NORONHA

**RÉU:** ANTÔNIO CARLOS WELTER

**RÉU:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**RÉU:** JERUSA BURMANN VIECILI

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Trata-se de "*Ação Popular*", com pedido de tutela provisória, ajuizada por MARCELO DA COSTA PINTO NEVES e ALUIZIO FERREIRA PALMAR em face da UNIÃO, OUTDOORMIDIA LOCACAO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE EIRELI, U P PAINEIS E CARTAZES LTDA, ROBERSON HENRIQUE POZZOBON, LAURA GONÇALVES TESSLER, JERUSA BURMANN VIECILI, ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA, DIOGO CASTOR DE MATTOS, ATHAYDE RIBEIRO COSTA, PAULO ROBERTO GALVAO DE CARVALHO, ORLANDO MARTELLO JUNIOR, JULIO CARLOS MOTTA NORONHA, JANUÁRIO PALUDO, FELIPE D'ELIA CAMARGO, DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL e ANTÔNIO CARLOS WELTER.

Na inicial, os autores mencionam a existência de peça publicitária (*outdoor*) contendo a fotografia de 9 procuradores integrantes da Força Tarefa da Lava-Jato, com os dizeres "*Bem-vindo a República de Curitiba – terra da Operação Lava Jato – a investigação que mudou o país. Aqui a lei se cumpre. 17 de março, cinco anos de Operação Lava Jato – O Brasil Agradece*".

Aduzem que a peça foi instalada, no mês de março, em terreno situado na Avenida Rocha Pombo, sentido São José dos Pinhais/Curitiba, por ocasião da saída do Aeroporto Internacional Afonso Pena.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

Referem que, por considerarem que a peça publicitária fere princípios constitucionais da Administração Pública e a ética do Ministério Público, os autores MARCELO DA COSTA PINTO NEVES (presidente do CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR DE FOZ DO IGUAÇU - CDHMP-FI) e MARCELO DA COSTA PINTO NEVES, patrocinados por integrantes do COLETIVO ADVOGADAS E ADVOGADOS PELA DEMOCRACIA (CAAD), ingressaram, anteriormente, com pedido de providências junto ao CNMP.

Descrevem que, apresentado o pedido de providências, o CNMP solicitou à empresa OUTDOOR MÍDIA LOCAÇÕES DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE EIRELI que informasse o contratante do *outdoor*.

Apontam que a empresa indicou como contratante, na ocasião, o Sr. JOÃO CARLOS QUEIROZ BARBOSA.

Explanam que, recentemente, a Revista Época, a partir do teor de depoimento do *hacker* Walter Delgatti Neto, noticiou que o Procurador da República DIOGO CASTOR (réu na presente ação) restou afastado da força-tarefa da Operação Lava-Jato devido à participação em financiamento de *outdoors* com campanha de apoio à Lava-Jato, tendo em vista a discordância de outros colegas.

Mencionam que os autores, ao entrarem em contato com o Sr. JOÃO CARLOS QUEIROZ BARBOSA (suposto contratante), foram informados de que:

- 1. Ele jamais contratara a confecção de nenhum outdoor.*
- 2. Ele fora intimado, e prestara depoimento, ao delegado Maurício Moscardi Grillo, na sede da Polícia Federal em Curitiba, em investigação que, conforme lhe fora informado, era oriunda de uma Carta Precatória da cidade de São Paulo.*
- 3. Seu CPF, no documento apresentado pela Requerida Outdoormídia, estava faltando um algarismo.*
- 4. O número de telefone, no documento apresentado pela Requerida Outdoormídia, jamais fora seu.*
- 5. O endereço de e-mail, no documento apresentado pela Requerida Outdoormídia, jamais fora seu.*
- 6. O endereço na Rua David Towns, no documento apresentado pela Requerida Outdoormídia, era no número 2716, sendo que morara no 2715, aos fundos da igreja na qual é pastor de música, que fica no número 2714.*

Afirmam que o Sr. JOÃO CARLOS QUEIROZ BARBOSA esclareceu ter prestado depoimento junto à Polícia Federal - havendo decidido, ainda, diante da possível utilização de seu nome como "*laranja*", lavrar Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia Civil.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

Relatam que, diante dos fatos novos e supervenientes ao Pedido de Providências, os autores apresentaram pedido de desarquivamento junto ao CNMP nos autos nº 1.00230/2019-50.

Nesse cenário, os autores sustentam ingressar com a presente Ação Popular para sanar lesividade à moralidade administrativa e para evitar novas lesões da espécie.

Discorrem sobre o cabimento da ação popular e a legitimidade ativa.

Apontam a ofensa a princípios da Administração Pública, tais como a moralidade e a impessoalidade, e a pertinência de apurar a responsabilidade dos procuradores membros do MPF da Força-Tarefa da Operação Lava Jato a respeito de realização de publicidade em louvor próprio, tendo em vista o teor do art. 3º do Código de Ética do Ministério Público da União. Para tanto, salientam que:

- 1. O contratante indicado pela empresa Outdoormídia teve seus dados utilizados como um laranja, desconhecendo tal contratação.*
- 2. O hacker Walter Delgatti Neto afirmou em depoimento à Polícia federal que o Procurador DIOGO CASTOR DE MATOS teria sido o responsável pelo financiamento de tal outdoor.*
- 3. O Sr. HALISSON PONTAROLLA, superintendente da empresa Outdoormídia é da mesma igreja que o Procurador DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, e faz apelos antipetistas em sua rede social Facebook.*
- 4. A empresa Outdoormídia, no Pedido de Providências junto ao CNMP, somente apresentou um documento de “veiculação de lona”, deixando de apresentar os documentos relativos à locação do terreno, para fixação da placa, bem como recibo ou nota fiscal referente ao seu pagamento.*
- 5. A conduta da empresa Outdoormídia pode indicar a existência de conluio com os procuradores da Força-Tarefa da Operação Lava Jato, sendo ela, na verdade, a laranja, no episódio referido.*

Expõem que a publicidade, caso contratada pelos próprios membros da Força-Tarefa da Operação Lava Jato, consiste em grave ato.

Destacam que, caso a publicidade tenha sido contratada por terceiros, é necessário que se indique quem seriam os contratantes, não se podendo admitir a omissão dos membros homenageados e de toda a Força-Tarefa da Operação Lava-Jato.

Enfatizam que, nos últimos dias, restou constatado crescente número de *outdoors* instalados em apoio à Lava-Jato - o que, a seu ver, decorre da ausência de punição a atos que contrariam os princípios regentes da atuação da Administração Pública.

Salientam que os membros da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato aparecem, de forma imprópria, na publicidade, como representantes do MPF - sem autorização oficial alguma do órgão.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

Frisam a possibilidade de ação popular tendente ao controle da omissão de agentes públicos, consoante orientação firmada no âmbito do STJ.

Acentuam que a exposição de frases como “*AQUI A LEI SE CUMPRE!*” desprestigia outros membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Questionam se as manifestações não consistiriam, eventualmente, em campanha eleitoral antecipada - o que é vedado pela legislação.

Aludem que a menção à “*República de Curitiba*” consubstancia afronta ao Pacto Federativo (art. 1º da CF).

Indicam a existência de desvio de finalidade, eis que o ato administrativo (ação ou omissão) dos Procuradores não se alinha ao interesse público, voltando-se para a promoção pessoal e, eventualmente, para fins eleitoreiros.

Pontuam o preenchimento dos requisitos necessários à concessão de tutela provisória.

Defendem a necessidade de que, com amparo no art. 7º, I, 'b', da Lei nº 4.717/65, sejam requisitados à ré OUTDOORMÍDIA LOCACAO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE EIRELI os seguintes documentos:

- 1) *Mapa de mídia.*
- 2) *Nota fiscal.*
- 3) *Cópia do Livro Caixa onde foi dada a entrada do valor faturado.*
- 4) *Cópia dos recolhimentos de impostos da nota fiscal.*
- 5) *Contrato de locação com o proprietário do terreno situado a na Avenida Rocha Pombo, sentido São José dos Pinhais/Curitiba, ao sair do Aeroporto Internacional Afonso Pena.*
- 6) *Contrato de locação - ou de comodato caso o espaço pertença ao município ou a Infraero - do espaço onde está afixada a estrutura do painel da Outdoormídia.*
- 7) *Caso seja espaço público, comprovante de que houve licitação do espaço gerenciado pela Outdoormídia com os respectivos editais.*
- 8) *Documentos que comprovem qual agência criou o layout e autorizou o serviço.*
- 9) *Documento que comprove qual era o cliente da agência.*
- 10) *Ou, caso tenha sido pedido direto, sem criação de agência, comprovação auditada da criação do layout dentro da empresa Outdoormídia ou do fornecedor da lona (ou do material que foi afixado no espaço em questão, comercializado pela Outdoormídia).*
- 11) *Comprovante de encomenda e pagamento ao fornecedor da lona - ou outro material utilizado no espaço comercializado pela Outdoormídia.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

12) *Cópia do comprovante de pagamento - seja em cheque, transferência bancária, boleto ou outra forma - do serviço solicitado.*

13) *Comprovante do tempo contratado e das datas de colocação e retirada do material, conforme costumeiramente é apresentado como comprovação aos clientes, e cópia de outros três comprovantes de clientes aleatórios para que seja possível comprovar que é a forma que utilizam.*

14) *Identificação do cliente com cadastro e copia do modelo de cadastros dos demais clientes.*

15) *Cópia da tabela de preços atual e da praticada na época da veiculação do outdoor referido.*

Ao final, os autores requerem:

***Pela concessão de liminar/tutela de urgência, inaudita altera pars, para que seja determinada a retirada de todo e qualquer outdoor ou peça publicitária que, instalada em local público, ou em local privado de visibilidade pública (o art. 37, § 1º da CF/88), traga frases ou imagens em louvor aos membros da Força Tarefa da Lava-Jato.***

***Para atendimento ao princípio da moralidade administrativa, seja deferido o pedido de informações pelo juízo, com espeque no art. 7º, I, “b” da Lei nº 4.717/1965, aos representantes da empresa OUTDOORMÍDIA, para que apresentem todos os comprovantes relativos à confecção do outdoor instalado, no mês de março, em um terreno da Avenida Rocha Pombo, sentido São José dos Pinhais/Curitiba, ao sair do Aeroporto Internacional Afonso Pena, inclusive termo de locação do terreno, respectivos comprovantes e notas fiscais, aptos a indicar o verdadeiro contratante, e demais documentos listados no corpo desta petição, nos termos da fundamentação.***

*Pela citação da União Federal, por intermédio da Advocacia-Geral da União, para que integre estes autos, facultando-se a adoção das posturas processuais descritas no art. 6º, § 3º da CF/88;*

*Pela citação dos demais réus, nos endereços indicados nesta petição;*

*Pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos;*

*No mérito, que seja confirmada a tutela de urgência, tornando-a definitiva, com a procedência do pedido para fins de se decretar a condenação dos réus à retirada de material publicitário que ainda subsistir com frases ou imagens em louvor aos membros da Força Tarefa da Lava-Jato e à abstenção de colocação de novo material semelhante.*

*Seja deferida a gratuidade judiciária, nos termos da lei 1.060/50.*

*Requerem, por fim, sejam oficiadas as autoridades competentes para apuração da responsabilidade disciplinar e criminal em caso de se comprovar a prática de atos que ensejam tais tipos de responsabilização.*

Atribuíram à causa o valor de R\$ 1.000,00 e anexaram documentos à inicial.

No Ev. 3, o Juízo Substituto da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR declarou a suspeição para atuar no feito.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

No Ev. 6, o Juízo Federal da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR indeferiu a tutela provisória requerida na inicial, determinou a intimação dos autores para que apresentassem emenda à inicial e determinou a intimação da UNIÃO para que informasse se tem interesse no feito.

No Ev. 10, os autores apresentaram emenda à inicial, esclarecendo que o pedido de desarquivamento apresentado no Pedido de Providências nº 1.00230/2019-50 (protocolado em 25/07/2019) restou apreciado pelo CNMP. Anexaram cópia de decisão proferida em 05/08/2019 (na qual o Conselheiro Relator manteve o arquivamento do feito e determinou o encaminhamento de cópia integral à Corregedoria Nacional para que seja analisada possível tramitação em sede de Reclamação Disciplinar).

No Ev. 16, a UNIÃO informou a inexistência de interesse no processo, pugnando pela remessa dos autos à Justiça Estadual.

No Ev. 18, o Juízo proferiu decisão na qual declarou a incompetência da Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito.

No Ev. 26, os autores apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Juízo no Ev. 28.

Noticiou-se, no Ev. 36, a interposição do Agravo de Instrumento nº 5040257-66.2019.4.04.0000/TRF - havendo o MMº Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, sob o entendimento de que em "*em primeira análise presente está hipótese de competência da Justiça Federal*", deferido pedido de efeito suspensivo (Ev. 47).

No Ev. 48, os autores pleitearam a apreciação do pedido de tutela de urgência movido na inicial e a citação dos réus.

Os autos foram, então, conclusos para análise.

**É o relatório. Decido.**

2. Diante da concessão de efeito suspensivo no âmbito do Agravo de Instrumento nº 5040257-66.2019.4.04.0000/TRF, não há óbice ao regular prosseguimento da presente ação.

No tocante ao pedido de concessão de tutela de urgência, não vislumbro razões para modificar a orientação consignada na decisão de Ev. 6 - redigida nos seguintes termos:

[...]

*2. Como já decidido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, "o risco de lesão grave ou de difícil reparação deve ser um risco concreto, devidamente comprovado por elementos nos autos, e não um risco meramente potencial, existente em qualquer processo" (TRF4 5000817-73.2013.404.0000, SEGUNDA TURMA, Relator OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA, juntado aos autos em 20/03/2013).*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

*Ao que sugere a narrativa apresentada na petição inicial, a peça publicitária (outdoor) contendo a fotografia de 9 procuradores integrantes da Força Tarefa da Lava-Jato, com os dizeres “Bem-vindo a República de Curitiba – terra da Operação Lava Jato – a investigação que mudou o país. Aqui a lei se cumpre. 17 de março, cinco anos de Operação Lava Jato – O Brasil Agradece”, foi instalada, em terreno situado na Avenida Rocha Pombo, sentido São José dos Pinhais/Curitiba, por ocasião da saída do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em março de 2019.*

*Como se vê, entre a instalação da peça publicitária em questão (03/2019) e o ajuizamento da presente ação (02/08/2019 - Ev. 1), decorreu intervalo temporal considerável (aproximadamente 5 meses) - circunstância que impede o convencimento, por parte do Juízo, quanto à existência de urgência apta a justificar a imediata concessão da tutela provisória requerida na inicial.*

*Houvesse efetiva urgência na concessão da tutela provisória, o ajuizamento da presente ação teria, possivelmente, ocorrido em momento anterior.*

*A menção à existência de número crescente de outdoors instalados em apoio à Lava-Jato não enseja a alteração de tal conclusão, eis que a peça publicitária (outdoor) instalada desde 03/2019 já se situava em local visível, nas proximidades do Aeroporto Afonso Pena, no qual circula quantidade expressiva de pessoas.*

*Ademais, em que pese a cogitação dos autores quanto à possível utilização dos outdoors para fins eleitorais, inexistem eleições programadas para o presente ano.*

*Não resta demonstrado, portanto, o periculum in mora.*

*Ante o exposto, ausentes os requisitos legais, **indefiro a tutela provisória requerida na inicial.***

*[...]*

Com base em tais fundamentos, indefiro novamente o pedido de concessão de tutela provisória apresentado pelos autores.

Intimem-se os autores para que tomem ciência da presente decisão. Prazo: 15 dias.

3. Desde logo, para o prosseguimento do feito, cite-se os réus para que, no prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 20 dias, a requerimento do(a) interessado(a), se particularmente difícil a produção de prova documental, apresentem contestação (art. 7º, IV, da Lei nº 4.717/65).

Ficam os réus cientes de que deverão, na ocasião, especificar fundamentadamente as provas que pretendem produzir.

4. Intime-se também o MPF para que, querendo, intervenha no feito (art. 7º, I, 'a', da Lei nº 4.717/65). Prazo da intimação: 30 dias (art. 178 do CPC).

5. Apresentada resposta pela parte ré, intimem-se os autores para que se manifestem, nos termos dos art. 350 e 351 do CPC.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**3ª Vara Federal de Curitiba**

Ficam os autores cientes de que deverão, na ocasião, especificar fundamentadamente as provas que pretendem produzir.

6. Tudo cumprido, retornem os autos conclusos para que o Juízo delibere acerca das providências pertinentes ao prosseguimento do feito.

---

Documento eletrônico assinado por **MARCUS HOLZ, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700008090280v6** e do código CRC **05bc8772**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): MARCUS HOLZ  
Data e Hora: 29/1/2020, às 18:48:17

---

**5040111-74.2019.4.04.7000**

**700008090280.V6**